



V - SOBERANIA NACIONAL:  
PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO





## V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

### 1. Política Externa

A política externa brasileira caracteriza-se pela defesa dos interesses e valores nacionais. Para tanto, buscou-se em 2011 a construção e o fortalecimento de parcerias em um quadro de relacionamentos bilaterais marcado pela vocação de universalidade, além da forte presença brasileira em organismos multilaterais, tanto regionais quanto globais. Ao mesmo tempo, ações em favor da comunidade brasileira no exterior continuaram recebendo atenção prioritária.

Em 2011, trabalhou-se intensamente para que a ação externa contribuisse para a paz, o desenvolvimento com justiça social, o combate à pobreza, o avanço científico, a inovação tecnológica, o aperfeiçoamento do convívio democrático, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, e a valorização do conhecimento e da cultura.

A corrente de comércio brasileira, no acumulado de 2011, superou em 26% a corrente de comércio verificada em 2010. Com a América do Sul, o intercâmbio cresceu 21% em relação a 2010, ultrapassando novamente o volume de comércio com os Estados Unidos (EUA), representando 15,8% do comércio realizado com o mundo em 2011. No mesmo período, 85% das exportações brasileiras para a América do Sul concentraram-se em produtos industrializados.

Consciente de suas responsabilidades no plano internacional, o Governo brasileiro segue fortalecendo seu programa de cooperação técnica com países menos desenvolvidos e dá prosseguimento a suas atividades de assistência humanitária a países em situação de emergência. Nesse sentido, tem sempre presente a necessidade de que a assistência prestada se realize segundo o princípio da sustentabilidade socioambiental. Dessa forma, a cooperação humanitária oferecida pelo Brasil se caracteriza pela preocupação em favorecer as compras locais e a agricultura familiar. Em 2011, o País empreendeu 41 ações de assistência humanitária, em montante total superior a US\$ 12,5 milhões, beneficiando 34 países da América Latina, África e Ásia.

O Brasil celebrou, em 2011, 166 atos internacionais bilaterais com mais de 50 países e organismos internacionais, desses 49% foram celebrados com países latino-americanos, 17% com países africanos e 11% com países asiáticos.

No esforço de ampliar a presença externa do Brasil proporcionalmente à crescente importância do País no cenário internacional, foram abertas oito novas Embaixadas em Freetown (Serra Leoa), Kathmandu (Nepal), Minsk (Belarus), Monróvia (Libéria), Sarajevo (Bósnia e Herzegovina), Talin (Estônia), Tbilisi (Geórgia), Nicósia (Chipre), além de novo Consulado-Geral em Faro (Portugal). Em dezembro, foram estabelecidas relações diplomáticas com o Reino de Tonga, o último país independente, membro da Organização das Nações Unidas (ONU), com o qual o Brasil ainda não as tinha.

#### a) Integração Regional

A América do Sul continua sendo a área de atuação prioritária da política externa brasileira. Em 2011, o Brasil seguiu empenhado no aprofundamento de suas relações com os países e agrupamentos de países das Américas do Sul, Central e do Caribe. Os êxitos dessas políticas foram visíveis, sobretudo na área comercial.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) deu início, em 2011, à implementação de um programa de trabalho de longo prazo – definido na Presidência *Pro Tempore* brasileira de 2010 – voltado ao aprofundamento dos três pilares da integração: o econômico-comercial, o social e o da cidadania.





Com relação ao primeiro pilar, o Mercosul avançou na execução do Programa de Consolidação da União Aduaneira, definiu novas bases para negociações em serviços, estabeleceu os elementos de um Acordo sobre investimentos e aprovou o Acordo sobre Defesa da Concorrência do Mercado Comum. No período, prosseguiu-se no fortalecimento institucional do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), mediante o reforço da Unidade Técnica, sediada em Montevideu. A carteira de projetos do Focem já superou US\$ 1 bilhão.

No pilar social, avançou-se na elaboração do Plano Estratégico de Ação Social (Peas). O documento constitui um marco na definição de metas ambiciosas de desenvolvimento social regional, que vão além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ODM). No pilar da cidadania, as instâncias do Mercosul retomaram seus trabalhos orientados para a implementação progressiva, nos próximos 10 anos, do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul, que consolidará e ampliará um conjunto de direitos e garantias fundamentais que beneficiarão os cidadãos do Mercosul. Em 2011, iniciaram-se as atividades do Alto Representante-Geral do Mercosul, cargo criado em 2010.

Em dezembro, por ocasião da Cúpula de Montevideu, foi aprovado mecanismo de elevação transitória de alíquotas para mercadorias importadas de extrazona até o nível consolidado na Organização Mundial do Comércio, cujo propósito é permitir uma resposta regional coordenada frente aos desafios da atual crise econômico-financeira dos países desenvolvidos. Os Chanceleres dos Estados Partes e dos Estados Associados assinaram, ainda, o Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia, que atualiza o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul de 1998. Na ocasião, foi firmado acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Palestina. Também em 2011, o Parlamento do Mercosul retomou seus trabalhos e deu posse à nova bancada brasileira, indicada pelo Congresso Nacional. No Brasil, as primeiras eleições diretas para parlamentares do Mercosul estão previstas para 2014.

No contexto da institucionalização do processo integracionista, busca-se o fortalecimento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e de seus Conselhos setoriais. Em 2011, o Brasil exerceu a Presidência *Pro Tempore* do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da Unasul. Nesse período, foi elaborado e aprovado o Plano de Ação Estratégico (PAE) 2012-2022, bem como a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) da infraestrutura da América do Sul, que orientarão os trabalhos futuros do Conselho. Procedeu-se, também, à instalação do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças da Unasul, do qual o País participa ativamente na construção e no fortalecimento de mecanismos financeiros para a estruturação de uma nova arquitetura financeira regional.

No âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), os Chanceleres dos Países-Membros firmaram a Declaração dos Países Amazônicos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e o Compromisso de Manaus, que determina, entre outras iniciativas, a criação de instituição específica, na Região Amazônica, para tratar de temas relacionados à educação, ciência, tecnologia e inovação.

Na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) foram registrados avanços nas negociações sobre regimes regionais de regras de origem, salvaguardas e solução de controvérsias, previstas para serem concluídas em 2012. A Certificação de Origem Digital, importante ferramenta de facilitação do comércio, está em etapa de testes e ajustes técnicos, no Brasil.

Em dezembro, realizou-se, em Caracas, a primeira Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), criada em fevereiro de 2010. Na ocasião, foi adotado o Documento de Procedimentos da Celac, que pôde, com isso, entrar em funcionamento. A Celac, que conta com a participação dos 33 países da região, estará voltada, sobretudo, para a promoção da cooperação, da concertação política e da projeção internacional da América Latina.





## b) Relações Bilaterais

Em 2011, o Brasil intensificou sua agenda bilateral com os países latino-americanos nos campos político, econômico, de cooperação e de desenvolvimento. Na região, a Presidenta da República realizou, em 2011, visitas à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai, ao Peru e à Venezuela. O apoio a projetos de infraestrutura energética e logística, por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a exportações brasileiras, marcou fortemente a atuação brasileira na região.

Com a Argentina, foram obtidos em 2011 avanços na execução de projetos de interesse comum que integram o Mecanismo de Integração de Coordenação Brasil-Argentina (MICBA). Em particular, foram definidos: a divisão de tarefas técnicas e o cronograma para a construção de um satélite conjunto de observação costeira e oceânica; a assinatura de acordo de cooperação para o desenvolvimento conjunto de projeto de engenharia de reator nuclear multipropósito de pesquisa; e o lançamento da licitação dos estudos de viabilidade de duas usinas hidrelétricas no trecho compartilhado do rio Uruguai.

Com o Uruguai, foram registrados avanços nos projetos binacionais de integração fronteiriça e de integração da infraestrutura física, conforme cronograma acordado entre os dois países. Nesse contexto, destacam-se a elaboração dos estudos para construção de uma nova Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão; a reativação da interconexão ferroviária Cacequi – Santana do Livramento – Rivera – Montevidéu; e a construção da linha de transmissão de 500 kV entre San Carlos (Uruguai) e Candiota (RS), sendo os dois últimos financiados com recursos do Focem.

Com o Paraguai, foi iniciada a implementação de acordo que triplica o valor pago pela cessão de energia de Itaipu não consumida naquele país. Houve avanços na implantação de um sistema de transmissão elétrica de 500 kV, entre Itaipu e Villa Hayes (próximo a Assunção), com recursos de contribuições brasileiras ao Focem. Teve seguimento, igualmente, programa de regularização migratória da comunidade brasileira no Paraguai, implementado com o apoio do Governo brasileiro. Para 2012, além da prioridade conferida a esses temas, deverá ser aprofundada a cooperação em matéria de segurança.

No que diz respeito às relações com a Venezuela, até setembro de 2011, continuou-se avançando a cooperação em temas agrícolas, habitacionais e de planejamento econômico. O país tornou-se o segundo em volume de recursos na carteira do BNDES, sobretudo em função da presença de empresas brasileiras de construção civil na Venezuela.

Com a Bolívia, o ano de 2011 marcou o relançamento dos Comitês de Integração (instâncias de debates das comunidades fronteiriças dos dois países). Prosseguiu-se no diálogo bilateral com vistas a ampliar a cooperação em temas de defesa e segurança, especialmente para o combate ao problema das drogas. Em 2012, esses temas seguirão prioritários e deverá, ainda, ser intensificado o diálogo com vistas à regularização migratória dos brasileiros naquele país.

Com o Chile, prosseguiram-se as negociações do Acordo de Investimentos, iniciadas em 2010, e encetou-se a negociação de Acordo de Cooperação Antártica. Para 2012, está prevista a inauguração do Corredor Rodoviário Bioceânico Brasil-Bolívia-Chile e há perspectivas de cooperação na área de planejamento energético de longo prazo.

As relações com a Colômbia vêm ganhando em diversidade e intensidade. O ano de 2011 foi marcado pelo diálogo político de alto nível, não apenas sobre a agenda bilateral, mas também a respeito de temas de interesse regional e global (em 2011, Brasil e Colômbia coincidiram como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas). No plano econômico, sobressaiu o lançamento do Foro Brasil-Colômbia de Dinamização de Comércio e Investimentos, cuja plena implementação será prioritária em 2012.





Com o Equador, foi assinado em 2011 o Memorando de Entendimento para criação de Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, que permitirá manter diálogo fluido sobre novas possibilidades de cooperação, além de aprofundar a coordenação em foros regionais e multilaterais. Firmou-se, igualmente em 2011, o Memorando de Entendimento em Matéria de Monitoramento de Comércio, Investimento, Financiamento e Cooperação, com o objetivo de estabelecer mecanismos que facilitem o comércio, fomentem a cooperação bilateral e promovam um marco favorável aos investimentos.

Com o Peru, a eleição de Ollanta Humala em 2011 representa a nova prioridade atribuída pela sociedade peruana a programas de redução da desigualdade, área em que o Brasil tem grande disposição e experiência para cooperar. Em termos de integração física, destaca-se a conclusão das obras da Rodovia Interoceânica Sul, que conecta portos peruanos no Pacífico ao Estado do Acre, e a formação de grupo de trabalho para avaliar possibilidades de atuação conjunta no desenvolvimento de gasoduto e polo petroquímico no sul do Peru, que deverão demandar investimentos superiores a US\$ 16 bilhões.

Com o México, a relação continua a adensar-se e o Governo brasileiro tem buscado maior aproximação no plano comercial que permita ampliar de forma significativa o intercâmbio entre as duas maiores economias da América Latina.

No que concerne aos países da América Central, foram normalizadas as relações bilaterais com Honduras, na esteira do processo de reconciliação nacional e da readmissão do país na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Com o Haiti, onde se mantém forte a presença brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), o Brasil continua participando das atividades de reconstrução, após o terremoto de 2010. Logrou-se avanço no programa de cooperação na área de saúde. Segue em processo de implementação o projeto que resultará na construção da Hidrelétrica de Artibonite 4C, com a assinatura do contrato que viabilizará a realização de estudos de realocação e de impactos ambientais.

Em 2011, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos seguiram sendo fortalecidas, em bases equilibradas. Por ocasião da visita ao Brasil, em março de 2011, do Presidente norte-americano, foram assinados dez atos bilaterais, incluindo os Acordos de Serviços Aéreos, de Comércio e Cooperação Econômica e de Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. Ademais, três dos mais de 20 mecanismos de cooperação bilateral foram alçados ao nível estratégico – os Diálogos de Parceria Global, de Energia e de Economia e Finanças – com o mandato específico de reportar resultados diretamente aos Presidentes.

No plano das relações com a Europa, o Brasil aprofundou a Parceria Estratégica com a União Europeia (UE) por meio da adoção, na V Cúpula Brasil-UE, do Plano de Ação Conjunta para o triênio 2012-2014. A Presidenta da República realizou, em 2011, visitas oficiais a Bélgica, Bulgária e Turquia, bem como escalas de trabalho em Portugal e Grécia. Visitaram o Brasil 14 Chefes de Estado ou de Governo e outros altos mandatários: da Albânia, Alemanha, Croácia, Dinamarca, Espanha, França, Geórgia, Letônia, Macedônia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Ucrânia. O Vice-Presidente da República visitou a Rússia para participar da V Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação. Em 2012, o Brasil sediará a VI Cúpula Brasil-UE.

As relações do Brasil com países da África foram aprofundadas e diversificadas ao longo de 2011. Em outubro, a Presidenta da República realizou visita oficial à África do Sul, Moçambique e Angola. O desenvolvimento das relações com o continente africano expressou-se também pelas visitas do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Além de acompanhar as visitas presidenciais, o Chanceler realizou viagens a dez países africanos: Egito, Guiné (Conacri), Guiné-Bissau, Angola, Namíbia, África do Sul, Cabo Verde, Marrocos, Gana e Guiné Equatorial. Ademais, realizaram-se reuniões das Comissões Mistas com cinco países: Senegal, Benin, Zâmbia, Namíbia e República Democrática do Congo. Refletindo as boas perspectivas de





desenvolvimento na África, o Brasil dispõe hoje de 37 embaixadas no continente africano, sendo o oitavo país em número de representações diplomáticas na região.

Nesse período, o Brasil recebeu visitas bilaterais do Primeiro-Ministro da Tanzânia, do Vice-Presidente de Gana, do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício e do Presidente da Guiné, que também participou do Encontro Ibero-americano em comemoração ao ano Internacional dos Afrodescendentes (16 a 19 de novembro de 2011).

No Norte da África, o Brasil acompanhou atentamente os processos políticos de transição, denominados Primavera Árabe. Preparou missões de consultas políticas à República Árabe do Egito, à Tunísia, à Argélia e à Líbia, entre as quais se destacam a II Reunião de Consultas Políticas com o Egito, e o contato com o Conselho Nacional de Transição da Líbia. Houve igualmente presença brasileira na missão de Observação Eleitoral para o Referendo sobre a Independência do sul do Sudão bem como missão oficial por ocasião da cerimônia de independência do país.

Com o apoio brasileiro, o combate ao HIV/Aids na África Subsaariana entrará em uma nova fase em 2012. A finalização da reforma do prédio que abrigará a Fábrica de Antirretrovirais, em Moçambique, viabilizará o início da produção autônoma de medicamentos naquele país, os quais poderão ser exportados para toda a região, reduzindo a dependência do continente africano nesse campo.

O Brasil participou ativamente do XVI Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), durante o qual foi aprovado o Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Setor de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau. Realizou-se em Brasília, também em 2011, o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, com vistas a aprofundar e consolidar a participação social nos trabalhos da Comunidade. Em 2012, o Brasil continuará apoiando o fortalecimento da CPLP em suas três vertentes de atuação: diálogo político-diplomático, promoção e difusão da língua portuguesa e cooperação em todas as áreas.

Apesar do aumento da instabilidade política em diversos países do Oriente Médio, o Brasil deu continuidade, em 2011, ao processo de intensificação do diálogo político e econômico com a região.

O Ministro das Relações Exteriores visitou o Catar em março de 2011. O intercâmbio comercial do Brasil com Arábia Saudita, Catar, Omã e Emirados Árabes Unidos alcançou os valores mais elevados da série histórica. Foi o resultado da política de intensificação das visitas de alto nível de autoridades brasileiras aos países mencionados, desde 2009. Foram igualmente reativados, em 2011, os mecanismos bilaterais de comissão mista com o Iraque e com os Emirados Árabes Unidos, assim como inaugurado o mecanismo de consultas políticas com o Catar.

O Brasil, que já havia reconhecido o Estado da Palestina em dezembro de 2010, apoiou o pleito palestino por admissão como membro pleno na Organização das Nações Unidas (ONU). Em outubro, o País votou favoravelmente ao ingresso do Estado da Palestina na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). As relações com Israel mantêm-se ativas. Em 2011, três Ministros israelenses visitaram o Brasil e realizaram-se a VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais com Israel e a III Reunião de Consultas Políticas Bilaterais com a Palestina. Nos diversos foros em que o tema é discutido – como a ONU, o Fórum Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e o grupamento Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) –, o Brasil propugnou a retomada de negociações entre israelenses e palestinos rumo a um acordo de paz definitivo, com base nas resoluções relevantes das Nações Unidas, e defendeu que o Conselho de Segurança assumira mais plenamente suas responsabilidades neste que é um dos mais graves problemas da agenda internacional. O objetivo é a consolidação de um Estado Palestino independente e soberano, democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, nas fronteiras existentes em 1967 e com capital em Jerusalém Oriental, que viva em paz e segurança com o Estado de Israel.





As relações com o Líbano também tiveram destaque em 2011. Atendendo a convite da ONU, o Brasil passou a comandar, no dia 24 de fevereiro, a Força-Tarefa Marítima, pertencente à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), que tem sob seu comando oito navios de cinco nacionalidades: Alemanha, Bangladesh, Grécia, Indonésia e Turquia. Em novembro, a Fragata União (F-45), da Marinha do Brasil, foi incorporada à Força-Tarefa Marítima da Unifil.

O Brasil tem agido de maneira propositiva quanto à crise síria, buscando contribuir para uma solução pacífica para a questão. Em agosto, o Brasil e seus parceiros do Ibas realizaram gestão conjunta em Damasco junto ao Governo sírio. Em novembro, o Brasil e seus parceiros do Brics emitiram declaração sobre a situação no Oriente Médio e no Norte da África, reiterando que a crise síria deve ser superada por meio de negociações pacíficas.

Buscou-se, ao longo do ano, dar continuidade ao processo de aprofundamento da cooperação brasileira com países da Ásia e da Oceania. No âmbito político, destaca-se a realização, em abril, de visita de Estado da Presidenta da República à China. A visita lançou as bases para um salto qualitativo no relacionamento bilateral, na perspectiva de uma diversificação dos fluxos de comércio e investimentos, o aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação e a intensificação do diálogo político, nos planos bilateral, plurilateral e multilateral.

Merece registro, ainda, a visita ao Japão do Ministro de Relações Exteriores, em abril, em solidariedade aos danos causados pelo forte terremoto que atingiu aquele país. À visita sucedeu-se a ajuda oficial do Governo brasileiro para auxiliar na recuperação do país após a tragédia, que motivou também intensa mobilização de diversos segmentos da sociedade brasileira. Em junho, visitou o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, após participação na XLI Cúpula do Mercosul, em Assunção.

No âmbito dos países do Sudeste Asiático, em 2011, foram realizados encontros da Presidenta da República com o Presidente da Indonésia e com o Primeiro-Ministro de Cingapura à margem da Cúpula do G-20, em novembro. No mesmo mês, o Chanceler brasileiro visitou a Indonésia, por ocasião da XIX Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Na ocasião, foi assinada a Declaração de Intenção de Adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC).

Foi realizada visita do Ministro das Relações Exteriores ao Sri Lanka, a primeira de um Chanceler brasileiro àquele país, bem como duas visitas à Índia, em março e em dezembro, na III Reunião do Diálogo Estratégico e na V Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia.

O relacionamento com a Coreia do Sul foi marcado pelo aumento dos investimentos no Brasil e pela intensificação da agenda em setores de alta tecnologia. Ressaltam-se os investimentos coreanos em semicondutores e prospecção de petróleo em águas profundas, além dos instrumentos bilaterais firmados em tecnologia da informação e *software*.

Em solidariedade ao povo da Coreia do Norte em função da grave escassez de alimentos ali vivida, o Brasil realizou duas doações ao país, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Da mesma forma, foram feitas doações para ajuda humanitária ao Paquistão e ao Sri Lanka.

### c) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade

Em 21 de setembro de 2011, o Brasil abriu, mais uma vez, a sessão da Assembleia Geral da ONU. Esta foi a primeira vez que os debates foram abertos por uma mulher. A Presidenta avaliou estarmos vivendo momento delicado da história, que é, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade. Ressaltou a necessária reformulação dos mecanismos de governança global, inclusive no que se refere à reforma do Conselho de Segurança. Alertou para a necessidade de ação concertada da comunidade





internacional para fazer frente à crise financeira, que vem produzindo um agravamento do problema do desemprego. Destacou a importância de substituir teorias defasadas por novas formulações, encontrando um equilíbrio adequado entre os inevitáveis ajustes fiscais e os estímulos fiscais necessários para a retomada do crescimento.

No mesmo discurso, a Presidenta da República lançou a proposta brasileira de discussão do conceito da “responsabilidade ao proteger”, como complemento necessário da noção, já consagrada, da “responsabilidade de proteger”. A proposta do Brasil destaca a necessidade de que a autorização do uso da força pelo Conselho de Segurança só ocorra como último recurso, tendo presente a importância de não causar à população civil dano ainda maior do que aquele que se pretende evitar. Assinala, ademais, ser necessário que as Nações Unidas realizem um acompanhamento efetivo das ações militares realizadas em seu nome, exercendo plenamente a “responsabilidade ao proteger.”

O Brasil completou, em 2011, seu décimo mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança, durante o qual reafirmou seu apego à paz, ao direito internacional e à diplomacia preventiva. Durante a sessão da Assembleia Geral da ONU, o Brasil foi eleito para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), órgão responsável por temas econômicos, sociais, culturais e educacionais.

Em 2012, o Brasil continuará, em conjunto com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), a dar impulso às negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Promoverá o conceito de “responsabilidade ao proteger”, no contexto da proteção de civis em conflitos armados, e contribuirá para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (Zopacas). Integrada por 24 países latino-americanos e africanos, a Zopacas valoriza o espaço comum propiciado pelo Atlântico Sul em razão do grande potencial que encerra para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros, a ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-Membros. Busca, igualmente, sua consolidação como zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa.

Com relação ao Ibas, ressalta-se a realização, em Pretória, da V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo. O encontro permitiu ampliar a coordenação política, tendo em vista, sobretudo, o fato de os três países terem ocupado assentos não permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2011.

O Brasil também participou da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Brics, em Sanya, China, em abril de 2011. O encontro consagrou o mecanismo como importante plataforma para o tratamento de temas de grande relevância para a reforma da governança global, dispondo, ainda, de amplo potencial de cooperação em setores estratégicos, como saúde, agricultura, e ciência e tecnologia. A III Cúpula confirmou o ingresso da África do Sul no agrupamento, transformando o Bric em Brics.

Na área de desenvolvimento sustentável, o Brasil adotou diversas medidas no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada no Rio de Janeiro, entre 13 e 22 de junho de 2012.

Em junho, a Presidenta da República criou, por decreto, a Comissão Nacional para Rio+20, copresidida pelos Ministros das Relações Exteriores (MRE) e do Meio Ambiente (MMA), e responsável pela preparação do País para o evento. Foi ainda estabelecido o Comitê Nacional de Organização, vinculado ao MRE, responsável pelo planejamento logístico e pela execução de medidas necessárias à realização da Rio+20.

Para discutir os principais temas da Conferência, foram organizadas três reuniões da Comissão Nacional, de que participaram ativamente representantes do Congresso Nacional. Durante o ano, o Brasil ainda participou das reuniões





internacionais do processo preparatório, tanto aquelas organizadas pelas Nações Unidas quanto aquelas promovidas por iniciativas individuais de países.

Na área de mudança do clima, o Brasil engajou-se nos esforços de fortalecimento da resposta multilateral ao aquecimento global. Participou de negociações para avançar o detalhamento e a operacionalização de novas instituições do regime de clima acordadas na Conferência de Cancun, como o Fundo Verde para o Clima, o Comitê de Financiamento, o Mecanismo Tecnológico e o Comitê de Adaptação. A Conferência de Durban, em dezembro de 2011, avançou no sentido da aprovação de novas metas sob o Protocolo de Quioto, tornando possível a continuidade da vigência desse instrumento internacional. O Brasil ainda exerceu com a França a copresidência da parceria interina sobre redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+).

No âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil assinou o Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição de Benefícios, adotado em 2010. O Brasil é considerado o país de maior diversidade biológica do mundo e o Protocolo é um passo importante para a garantia dos direitos dos países megadiversos, povos indígenas e comunidades locais sobre seus recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A ratificação do Protocolo será analisada pelo Congresso Nacional. O Brasil também logrou aprovação de seu Programa Nacional para a Eliminação de HCFCs (hidroclorofluorcarbonos) no âmbito do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

Em temas referentes ao mar, destacou-se, em 2011, a continuidade dos trabalhos do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), principalmente o processamento e a interpretação de novos dados coletados na área.

Na área de desarmamento e não proliferação, o Brasil participou da Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear, promovida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, e presidiu a Conferência Ministerial da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre Segurança Nuclear, ambas motivadas pelo acidente nuclear ocorrido no Japão. Foram organizados eventos em comemoração aos 20 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc). A reunião serviu para consolidar o caráter estratégico da parceria entre os dois países no uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Importante decisão, nesse sentido, foi tomada pelo Grupo de Supridores Nucleares (NSG), que considerou que o Acordo Quadripartite entre o Brasil, a Argentina, a Abacc e a AIEA atende aos mais elevados padrões internacionais em matéria de salvaguardas e constitui critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA).

Em março de 2011, foi assinado o Acordo-Quadro entre o Brasil e os EUA sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. Após aprovação pelo Congresso Nacional, o documento substituirá o Primeiro Acordo de Cooperação (1996). O novo texto define os termos e as condições de cooperação entre os governos e suas agências – Agência Espacial Brasileira (AEB) e *National Aeronautics and Space Administration* (Nasa) – para exploração e uso pacífico do espaço exterior em áreas de interesse comum e com base na igualdade e no benefício mútuo.

No âmbito do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil tem ampliado o diálogo com os países vizinhos, por meio de Comissões Mistas sobre Drogas e Problemas Conexos, a exemplo daquelas mantidas com Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru. No plano regional, o tema tem sido tratado no âmbito do Conselho da Unasul sobre o Problema Mundial das Drogas, além da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso das Drogas (Cicad).

A Presidenta da República, junto com o Presidente dos Estados Unidos, à margem da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), lançou a Parceria para o Governo Aberto (*Open Government Partnership*), que congrega governos e organizações da sociedade civil em torno do compromisso global de transparência governamental. Realizar-se-á, no primeiro semestre de 2012, em Brasília, a reunião ministerial da Parceria, copresidida pelos Governos brasileiro e norte-americano.





Na área de direitos humanos e temas sociais, o Brasil desempenhou importante papel nas negociações que resultaram na adoção, durante a Centésima Conferência Internacional do Trabalho, realizada em maio e junho de 2011, da Convenção e da Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, marcos na proteção dos direitos desses grupos. O Brasil exerceu papel de liderança nas negociações da Declaração Política resultante do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre HIV/Aids, realizado em junho de 2011, em Nova York. Na ocasião, a comunidade internacional reafirmou o compromisso com ambiciosas metas de prevenção e tratamento. O Rio de Janeiro recebeu, em outubro de 2011, a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Governo brasileiro.

Em sua participação como membro do Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas, o Brasil atuou intensamente de forma a buscar redução da seletividade e da politização naquela instância. As críticas ali veiculadas não devem visar a singularizar ou estigmatizar alguns países e não outros; o exercício de Revisão Periódica Universal deve, sim, contribuir construtivamente para que todos os países possam progredir em seus desafios na área da proteção e promoção dos direitos humanos. Esta diretriz deverá nortear a atuação do Brasil em sua próxima participação no CDH, caso seja escolhido para voltar ao órgão em 2013, nas eleições que terão lugar no segundo semestre deste ano.

O País obteve expressiva vitória com a eleição, em junho, de um brasileiro para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A eleição do candidato nacional resultou de ampla mobilização diplomática brasileira. Refletiu a boa imagem conquistada pelo Brasil em razão dos avanços na área da segurança alimentar, em particular o êxito e a excelente repercussão internacional do Programa Fome Zero.

No âmbito da OEA, o Brasil obteve apoio de um número expressivo de países com vistas a impulsionar uma reforma da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). As alterações propostas visam assegurar à CIDH melhores condições para uma contribuição objetiva e positiva à promoção dos direitos humanos na região. A necessidade de reforma dos procedimentos da CIDH foi evidenciada, em abril de 2011, com a decisão proferida por aquele órgão no caso relativo à Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Como resultado do reconhecimento da importância crescente do Brasil no cenário energético mundial e das expectativas positivas para a produção de petróleo e gás natural, resultado das descobertas do Pré-Sal, o Brasil pôde acertar a criação de mecanismos de diálogo com parceiros importantes na área de energia. Na área de energias renováveis, o Brasil tem trabalhado com vistas a alçar os biocombustíveis ao nível de *commodity* internacional e, para isso, tem promovido estudos de viabilidade para produção de biocombustíveis em diversos países, como Zâmbia, Libéria e Guiné (no âmbito do relacionamento bilateral com esses países), além de Moçambique (em parceria com a União Europeia). Em cooperação com os EUA, outros países africanos e centro-americanos também foram contemplados. No âmbito do espaço da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (Uemoa), a realização de estudo dessa natureza é objeto de acordo firmado entre o Itamaraty e o BNDES, em 2011. Vale destacar também a Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação, assinada com os EUA, país com o qual o Brasil estabeleceu um Diálogo Estratégico em Energia. O Brasil permanece engajado nos debates em diversos foros e entidades de promoção dos biocombustíveis como a Parceria Global de Bioenergia (GBEP) e a Organização Internacional de Normalização (ISO).

No G-20, com a participação ativa do Brasil, ampliou-se a cooperação sobre energia. Os países do Grupo concordaram, durante a Cúpula de Cannes, em trocar experiências sobre a prevenção e mitigação de acidentes na exploração de petróleo no mar e na extensão de mecanismo sobre transparência nos mercados de petróleo e gás natural.





#### d) Negociações Econômico-Comerciais

Ao longo de 2011, o Mercosul e a União Europeia avançaram satisfatoriamente nas negociações do marco normativo do futuro Acordo de Associação Birregional entre os dois blocos. Foram registrados avanços nas negociações do capítulo sobre temas sanitários e fitossanitários do Acordo.

Em dezembro de 2011, foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Palestina. Prosseguiram também as conversações exploratórias com o Canadá, com o objetivo de alcançar um possível acordo de livre comércio com aquele país.

No âmbito da atuação brasileira na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em 2011, cumpre destacar o avanço das negociações em torno de instrumento internacional sobre exceções e limitações aos direitos autorais em benefício de pessoas com deficiência para leitura.

O Governo brasileiro lançou, em outubro, conjunto de medidas destinadas a reforçar as capacidades nacionais de defesa dos interesses comerciais do Brasil, em particular no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), ademais de ações de promoção comercial no exterior.

As medidas incluem: i) a assinatura de Protocolo de Intenções entre o Itamaraty e a Advocacia-Geral da União (AGU); ii) a inclusão, no currículo do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, de disciplina denominada “OMC e Contenciosos”; iii) a viabilização de encontros regulares das áreas econômica e de promoção comercial do Itamaraty com lideranças empresariais brasileiras; iv) a elaboração, por nossas Embaixadas, de estudos analíticos sobre barreiras comerciais ao produto nacional; v) a constituição de uma Força-Tarefa destinada a monitorar o desenvolvimento das relações econômico-comerciais com a China, diversificar nossa pauta exportadora e melhorar o conteúdo desse comércio; vi) o anúncio, em breve, do Acordo de Cooperação Técnica MRE-Ipea para a cooperação na realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo; e vii) a realização de nova edição do chamado Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro, destinada a qualificar diplomatas para a promoção de produtos agropecuários brasileiros no exterior.

O Brasil propôs, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC, debate acerca da relação entre taxas de câmbio e comércio internacional, à vista das distorções que as flutuações das taxas de câmbio vêm gerando no comércio internacional, com perda de competitividade para a produção de países cuja moeda nacional se veja excessivamente apreciada.

No que se refere ao processo de adesão da Rússia à OMC, concluído em 2011 após 18 anos de negociações, o Brasil trabalhou ativamente para garantir que seus interesses comerciais fossem atendidos, por meio de melhores condições de acesso ao mercado russo para as exportações brasileiras de carne bovina, suína e de aves. A adesão do país representa a inclusão de um mercado significativo no sistema multilateral de comércio, regido por regras que tornarão o comércio do Brasil com aquele país mais previsível e mais seguro.

Merece ainda destaque a participação do Brasil na IV Conferência das Nações Unidas para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), em maio de 2011, e a assinatura, em março, do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Brasil-EUA.

Na esfera do G20, o Brasil exerceu papel ativo em prol de mudanças na governança econômica mundial e contribuiu para lograr importantes resultados na Cúpula de Cannes, quais sejam: i) aprovação do Plano de Ação, contemplando compromissos dos países-membros, inclusive no curto prazo, em prol da recuperação mundial; ii) definição de regras mais





estritas para a regulação e supervisão das Instituições Financeiras de Importância Sistêmica Global (bancos considerados grandes demais para falir); e iii) aprovação do Plano de Ação sobre Volatilidade dos Preços dos Alimentos e Agricultura, o que deverá contribuir para ampliar a transparência dos mercados agrícolas e para promover o desenvolvimento da agricultura dos países mais pobres.

Em meio à crise da Zona do Euro, o Governo brasileiro exerceu liderança, ao ser o primeiro país não integrante da Zona a manifestar disposição de contribuir, por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), para a solução coletiva da crise europeia. No plano bilateral, o Brasil concluiu a renegociação dos valores das dívidas de Antigua e Barbuda, República do Congo, República Democrática do Congo e Zâmbia; e avançou nos trâmites internos para o envio dos contratos relativos às dívidas de Gabão e Senegal ao Senado Federal.

O Brasil logrou eleger, ainda, candidato nacional ao cargo de Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC).

No campo da promoção comercial, o ano de 2011 foi marcado por amplo leque de atividades, que deverão ser aprimoradas e ampliadas no exercício de 2012, em conformidade com a recém-elaborada Estratégia Nacional de Exportações. Por ocasião de visitas oficiais ao exterior da Presidenta da República, do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além de outras autoridades do Governo brasileiro, foram organizados, em 2011, eventos empresariais com a participação de empresários brasileiros. Ademais, o Governo brasileiro prestou apoio a missões empresariais brasileiras ao exterior e a missões empresariais estrangeiras ao Brasil. Foram realizados seminários e reuniões empresariais, dentre outros, na China, Bulgária, Turquia e em Moçambique, além de encontro empresarial à margem da Cúpula dos Brics, Encontro Brasil-Alemanha (no Rio de Janeiro), Fórum de CEOs Brasil-EUA e Conselho Empresarial Brasil-Suécia, em Brasília.

Com base na Estratégia Nacional de Exportações do Programa Brasil Maior e no desenvolvimento de Programa de Planejamento Estratégico de Promoção Comercial (Pepcom), as repartições diplomáticas brasileiras foram instruídas a identificar, para 2012, potenciais nichos de comércio para a exportação de produtos brasileiros.

Em 2011, foram também realizadas 103 feiras e eventos em setores econômicos diversos, tais como alimentos, turismo, calçados, além de mostras de caráter multissetorial propostas pelos Setores de Promoção Comercial (Secoms) das repartições diplomáticas brasileiras no exterior e por parceiros como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Instituto Brasileiro do Vinho e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Trabalhou-se, em parceria com a Embratur, para a promoção do Brasil como destino turístico no exterior.

Em 2011, no âmbito do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (Sipri), foi lançada ferramenta digital que visa a facilitar o cruzamento de dados sobre demandas de investimentos entre empresas nacionais e estrangeiras, incluindo informações sobre empresas estrangeiras interessadas em investir no País. Para o exercício de 2012, serão aprofundados o planejamento e o acompanhamento da logística das atividades voltadas para a captação de investimentos e a transferência de tecnologia para empresas. Em coordenação com outras entidades públicas e privadas serão também intensificados treinamentos para funcionários que trabalham na área de promoção comercial.

### e) Cooperação Técnica

A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil concentrou-se, em 2011, nas áreas de agricultura (incluindo segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, trabalho,





desenvolvimento urbano e bioenergia. Foram realizadas 706 iniciativas de cooperação técnica, ao custo de cerca de US\$ 30 milhões, alcançando 93 países em desenvolvimento da África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania. Embora tenham sido priorizados projetos no Haiti, Timor-Leste, Paraguai e em países de língua portuguesa da África, foram atendidas demandas de cooperação de um elevado número de países com os quais o Brasil não mantinha atividades, sobretudo no Caribe, no Sudeste Asiático, na Ásia Central e no Pacífico.

Adicionalmente, a cooperação trilateral permite potencializar a cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil. Parcerias trilaterais estão sendo executadas com Japão, EUA, Alemanha, Espanha, Canadá, Itália, Austrália, França e Reino Unido. Junto aos organismos internacionais, foram executados novos projetos no âmbito da cooperação trilateral com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Relativamente à cooperação esportiva, o Governo brasileiro ofereceu a países parceiros cursos de capacitação para treinadores, preparadores físicos e árbitros de futebol. Em 2011, foram diretamente capacitados profissionais de 42 países – dentre os quais, todos os da América Central e do Caribe, do Ibas e da vertente asiática do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal). Em 2012, espera-se capacitar profissionais de no mínimo 40 países.

Foi plenamente incorporada, às ações de política externa, a preparação para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. As iniciativas tomadas nesse campo ensejaram o estreitamento de vínculos com outros países que já sediaram megaeventos esportivos. Em 2011, foram assinados acordos de cooperação e de troca de informações com o Canadá, com a China e com os EUA. Previamente, haviam sido assinados acordos com África do Sul, Alemanha, Austrália e Reino Unido. Negocia-se, para 2012, a assinatura de acordo similar com a Rússia.

#### **f) Cooperação em Ciência e Tecnologia e Diplomacia Cultural**

Em ciência, tecnologia e inovação, foi dada prioridade à obtenção de condições propícias para a execução do Programa Ciência sem Fronteiras, que prevê o envio de 75 mil estudantes e pesquisadores brasileiros para formação em instituições de excelência no exterior, especialmente na área das ciências exatas, no contexto do esforço do Governo brasileiro de proporcionar elementos importantes de competitividade à economia nacional. O tema recebeu destaque, em particular, nos contatos de alto nível mantidos com dignitários de países que são sedes de instituições de ciência e tecnologia de primeira linha.

Nos foros multilaterais sobre Governança da Internet, o Brasil defendeu a gestão transparente, democrática, multilateral e multissetorial, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento. O Brasil organizou seminário sobre Governança da Internet no Ibas.

A campanha de adesão de novos países ao padrão nipo-brasileiro de TV digital prosseguiu em 2011, com envio de missões a Angola e Botsuana. Em 2012, serão intensificados os esforços de atração de outros países ao padrão nipo-brasileiro, sobretudo na América Central e na África.

No plano cultural, manteve-se como uma prioridade da ação externa do Brasil a promoção da língua portuguesa e a projeção da imagem e da cultura do Brasil. Nessa área, destacou-se, em 2011, a inauguração, em Beirute, do Centro Cultural Brasil-Líbano (CCBL). É a 22ª unidade da Rede de Centros Culturais Brasileiros no Exterior e a primeira situada no Oriente Médio.





No âmbito do Programa de Leitorados, foram preenchidas 11 vagas de leitorados em Bogotá, São José, Londres, Praia, Pretória, Bangkok, Camberra, Porto Rico e Heidelberg. Inaugurando nova linha de atuação na política de promoção da língua portuguesa, foram realizados dois cursos de Formação de Professores de Português como Língua de Herança (POLH). Para 2012 está prevista a realização de mais três edições do curso, com o objetivo de atender à diáspora brasileira na Europa, no Japão e nos EUA.

Na área de artes visuais, destacaram-se as participações brasileiras na 54ª Mostra Internacional de Arte da Bienal de Veneza e na XII Bienal de Istambul. Teve grande importância, igualmente, a Exposição Mitologias/Mythologies, de artistas brasileiros emergentes, inaugurada em dezembro, em Paris. O Brasil participou ainda, como país homenageado, do 23º Festival Internacional Europalia, na Bélgica e nos países vizinhos, de outubro de 2011 a janeiro de 2012. Estão previstas, para 2012, a participação do Brasil como país homenageado na Feira do Livro de Bogotá, e a realização do Ano do Brasil em Portugal.

O Governo apoiou a participação brasileira em eventos internacionais e a organização de mostras concernentes à promoção do audiovisual brasileiro. A execução de pesquisas de mercado audiovisual buscou identificar oportunidades comerciais para a produção brasileira em outros países. No ano de 2011, foram publicados dois novos exemplares da coleção Mundo Afora: Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Políticas de Inclusão de Afrodescendentes. Para 2012, está prevista a publicação de novos números da série Mundo Afora, os quais versarão sobre intercâmbio educacional – que procurará examinar as experiências de outros países, similares ao recém-criado Programa Ciência sem Fronteiras – e sobre políticas de combate à discriminação por orientação sexual.

### **g) Comunidades Brasileiras no Exterior**

Em 2011, o Governo atendeu a dezenas de demandas consignadas na Ata Consolidada de reivindicações de brasileiros no exterior, em cumprimento ao Plano de Ação aprovado em maio, por ocasião da I Reunião Ordinária do Itamaraty com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE).

No mesmo ano, foram realizadas outras ações com vistas ao atendimento ao Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010, que estabelece diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior. O Governo brasileiro patrocinou, por exemplo, eventos nos EUA, na Europa e na Ásia destinados a reforçar a união e a integração de brasileiros expatriados e a preservação dos seus vínculos com o Brasil.

No que se refere a comunidades brasileiras específicas no exterior, o Brasil atuou em diversas frentes em 2011. No Paraguai, prosseguiu amplo programa de regularização migratória de brasileiros, que ao final do ano já havia beneficiado mais de 10 mil concidadãos. Na Bolívia, além dos reassentamentos no próprio país realizados em cooperação com a Organização Mundial para as Migrações (OIM), continuou-se o processo de repatriação e instalação em lotes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de nacionais brasileiros residentes na faixa de fronteira, cuja permanência não é autorizada pelo Governo boliviano. Mantiveram-se os esforços no sentido de instar aquele Governo a iniciar processo de regularização de nacionais brasileiros, ao tempo em que, no mesmo exercício, foram regularizados cerca de 50 mil bolivianos no Brasil. Continua em funcionamento o Consulado Sazonal em Puerto Evo Morales, para apoio aos brasileiros na fronteira com o Acre. Com relação à Guiana Francesa, foi negociado sistema de residentes transfronteiriços a ser adotado na operação da ponte sobre o rio Oiapoque.

Durante 2011, crises ou catástrofes em várias regiões do mundo exigiram providências do Governo brasileiro e de suas representações no exterior para apoio, orientação, repatriação ou evacuação de brasileiros sob risco. Graças ao Sistema





Consular Integrado (SCI) e seus recursos de processamento remoto, foi possível providenciar documentos para que nossos nacionais pudessem ingressar ou transitar em terceiros países.

Destaca-se o desenvolvimento de projeto-piloto de internacionalização do Ligue-180. O serviço possibilita a brasileiras residentes em Portugal, Espanha e Itália, que se encontrem em situação de violência ou tráfico, ligar diretamente para a central telefônica em Brasília.

Em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), foi elaborada e divulgada cartilha jurídica voltada para os brasileiros desvalidos residentes no exterior. Essa cartilha explica formas de acionar a DPU, a partir do exterior, com vistas a obter assistência para solução de pendências jurídicas ou burocráticas no Brasil, sem necessidade de constituição de advogado.

A pedido de lideranças da comunidade brasileira no exterior, o Governo engajou-se em projetos de criação de Conselhos de Cidadania, similares aos Conselhos de Cidadãos, porém com membros eleitos pela comunidade local.

No âmbito de temas migratórios, desenvolveram-se em 2011 negociações de acordos para isenção de vistos – para fins de turismo e negócios – com a União Europeia e mais 19 países: Albânia, Arábia Saudita, Belarus, Belize, Bósnia-Herzegovina, Catar, Cingapura, Dominica, Emirados Árabes Unidos, Geórgia, Granada, Liechtenstein, Macedônia, Malta, Moldávia, Seicheles, Sérvia, Suíça e Ucrânia. Também foram negociados acordos para isenção de vistos aos portadores de passaporte diplomático com oito países: Arábia Saudita, Laos, Liechtenstein, Myanmar, Omã, Seicheles, Sri Lanka e Suíça. Com o Japão, negociou-se também um Memorando para extensão da validade de vistos de negócios para três anos.

Na área de cooperação jurídica internacional, foram assinados instrumentos sobre transferência de pessoas condenadas e cooperação em matéria penal com a Turquia e sobre cooperação em matéria civil com a Costa Rica. Foram concluídas negociações de instrumentos com Alemanha, Israel, China (Hong Kong) e Polônia. Estão em curso negociações de novos acordos nessas áreas com Bolívia, Costa Rica, Equador, Filipinas, França, China (Hong Kong), Indonésia, Itália, Paraguai, Rússia e Ucrânia.

Foram incorporados à rede de repartições diplomáticas brasileiras que contam com o Sistema Consular Integrado (SCI), o qual informatiza os processos de produção e controle de passaportes, vistos, atos notariais e outros documentos, os seguintes novos postos: Bruxelas, Cantão, Faro, Istambul, Monrovia, Nicósia, Nouakchott, Oyapock e Tirana.

## 2. Soberania

Em 2011, o Brasil deu prosseguimento às atividades de elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), que será apresentado à sociedade em 2012. Esse será um marco importante na consolidação do Estado democrático e no compromisso da manutenção do espírito cooperativo nas relações diplomáticas com os outros países. Nele estão contidos, de forma transparente, os dados relativos à defesa que ditam o pensamento atual e futuro sobre a estratégia que será adotada para proteção das riquezas naturais e manutenção da soberania brasileira.

Cumpra às Forças Armadas estabelecer e preservar um adequado ambiente de segurança para que esses desafios sejam superados, de maneira a garantir não somente a soberania nacional e a integridade territorial, mas a projeção regional, hemisférica e global do Estado brasileiro.





Para direcionar a atuação do Governo brasileiro em termos de soberania, a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, encontra-se pautada por ações estratégicas de médio e longo prazos. Seu objetivo maior é a modernização da estrutura nacional de defesa, por meio de três eixos estruturantes: a reorganização das Forças Armadas; a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e a implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Para o exercício de 2012, em vista do atual cenário político-econômico, está prevista a atualização de seu texto.

Sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial, as Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa, também têm intermediado iniciativas do Governo de apoio ao desenvolvimento socioeconômico do País, tais como: i) apoio e assistência à população em casos de desastres e calamidades; ii) participação em campanhas de vacinação e enfrentamento de endemias; iii) reconstrução de infraestrutura urbana e de transporte; iv) atendimento médico-hospitalar e odontológico às comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, tais como as terras indígenas e as comunidades ribeirinhas da Amazônia; e, mais recentemente, v) realização de ações de colaboração com os governos estaduais para manutenção da lei e da ordem.

Uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Estado brasileiro tem sido integrar, efetivamente, a Região Amazônica ao resto do País, em particular a grande área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Calha Norte (PCN), que tem suas ações distribuídas entre duas dimensões de atuação: i) manutenção da soberania e integridade territorial, conhecida como vertente militar do Programa; e ii) apoio às ações de políticas públicas na promoção do desenvolvimento regional, que é a sua vertente civil.

Após a expansão ocorrida em 2006, a área de abrangência do PCN passou a compreender 194 Municípios localizados em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), 95 dos quais situados ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira amazônica. Essa área de atuação corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas.

No âmbito da vertente militar do Programa, foram realizadas em 2011 diversas ações nas organizações militares localizadas na área de abrangência, destacando-se: i) o prosseguimento das atividades de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); ii) a adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira; iii) a implantação da Agência Fluvial em Humaitá (AM); iv) a aquisição e manutenção de embarcações dos Comandos dos 4º e 9º Distritos Navais, Capitânias, Delegacias e agências, do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia e da Comissão de Aeroportos da Amazônia; v) a assistência médica e odontológica às comunidades ribeirinhas, efetuadas pelas Forças Armadas; vi) a construção e reforma de imóveis residenciais e a dotação de infraestrutura nas vilas residenciais; e vii) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves das unidades sediadas na região.

Em sua vertente civil, o PCN possui mais de 1,2 mil empreendimentos em andamento, o que possibilitará o atendimento a demandas essenciais e a realização de obras de infraestrutura básica nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, transporte, energia e comunicações nas comunidades carentes da região abrangida.

Todo esse esforço objetiva, além da proteção da faixa de fronteira da região do PCN, a prestação de assistência às populações regionais, em atendimento ao propósito maior do Programa de “fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região”.





Para 2012, está prevista a continuidade das ações iniciadas, assim como a construção de portos, rodovias, escolas, universidades, hospitais e redes de energia elétrica. Essas ações serão viabilizadas por intermédio de convênios firmados com os Estados e os Municípios localizados na área de abrangência do Programa.

Na mesma região, o Brasil mantém o Programa de Cartografia da Amazônia, coordenado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Esse Programa tem por objetivo eliminar o vazio cartográfico na Região Amazônica, por meio da atualização da cartografia digital de última geração. Em 2011, foram produzidas 60% das cartas topográficas (terrestre, geológica e náutica) da região, trabalho que será concluído em 2014.

### **a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah) e Outras Missões de Paz**

O Brasil tem atuado com contingentes em duas missões específicas da Organização das Nações Unidas (ONU): a Missão de Estabilização no Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Na primeira, atuam 2.166 militares das Forças Armadas brasileiras, constituindo quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2); uma Companhia de Engenharia (BRAENGCY); e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMARCOY). É o maior efetivo entre os países que participam da missão. Além disso, ressalta-se que, até o presente momento, o Comando do Componente Militar é exercido por um General brasileiro.

Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da Minustah, a situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições de segundo turno para Presidente. A missão possibilitou a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Atualmente, é reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Na Unifil, o Brasil está empregando uma Fragata Classe Niterói, atuando com um efetivo de 253 militares da Marinha do Brasil. O Comando da Força-Tarefa Marítima da Unifil é exercido por um Almirante brasileiro.

Além da Minustah e da Unifil, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil contribuem com 90 militares e 36 policiais militares em 11 diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual participam como observadores. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos. Deverão ser mantidas, em 2012, as atuais conquistas brasileiras no campo das Operações de Manutenção da Paz da ONU e da OEA.

### **b) Operações Combinadas e Conjuntas**

Em 2011, o Brasil, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) promoveu a realização de dois exercícios militares, focados no emprego conjunto das Forças Armadas, ou seja, sob coordenação centralizada e comando único. O objetivo estratégico dessas operações é reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade das Forças Armadas, capacitando-as para melhor cumprir a sua missão.

Dentro desse enfoque, no ano de 2011, foram realizadas as Operações Amazônia e Anhanduí, respectivamente, para simular aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente Amazônico e na Região Centro-Oeste.

Em relação às Operações Conjuntas das Forças Armadas brasileiras em faixas de fronteira, para combater delitos transfronteiri-





riços e ambientais, a Operação Ágata vem-se configurando como um eficiente instrumento para a intensificação da presença militar ao longo dos mais de 16 mil quilômetros de fronteira, contribuindo, dessa forma, para aumentar a prevenção e a repressão aos ilícitos transnacionais nessa região do Brasil.

A fim de prover o apoio de comando e o controle necessários ao acompanhamento e à coordenação das operações conjuntas, missões humanitárias e de manutenção da paz, o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) utilizou, em 2011, recursos materiais e humanos, bem como os enlaces do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis).

Em 2012, serão mantidos os investimentos nesses sistemas e projetos, visto que há necessidade de incremento crescente na interoperabilidade das Forças Armadas, nos níveis estratégico, operacional e, principalmente, tático.

## **c) Defesa Nacional**

### **c.1) Defesa Naval**

Para que o País seja capaz de proteger o mar e as águas fluviais, é necessário dotar o poder naval com meios modernos, de forma a garantir a defesa dos interesses brasileiros. Para tanto, o Governo vem investindo no reaparelhamento da Marinha do Brasil.

No ano de 2011, foi iniciada a construção dos submarinos convencionais S-BR, no Brasil, e houve a transferência, para o setor operativo, do Aviso de Patrulha Anequim, o quinto de um total de seis embarcações da classe Marlim, e a entrada em efetiva operação dos Navios-Patrulha Macaé e Macau, de 500 toneladas, ambos construídos no Brasil. Essas aquisições permitirão à Força intensificar sua ação de presença, vigilância, proteção e defesa das áreas marítimas onde se encontram as instalações de exploração de petróleo e gás.

O primeiro Aviso Hidroceanográfico Fluvial, denominado Rio Tocantins, teve seu batismo de quilha em 5 de setembro de 2011, como parte do contrato de construção de quatro navios, para atender ao Projeto Cartografia da Amazônia.

Visando substituir as embarcações hoje empregadas em operações anfíbias, estão sendo construídas cinco Embarcações de Desembarque de Viatura e Material (EDVM) e três Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG). Foi adquirido o navio Ludovico Celani, para conversão em Navio-Hospital.

Para atender à necessidade de novos meios navais, a Marinha do Brasil mantém o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper), que tem por objetivo a obtenção, por construção no País, de cinco Navios-Patrulha Oceânicos, cinco Navios-Escolta e um Navio de Apoio Logístico, o que deverá ocorrer mediante acordo firmado entre o Brasil e outros países, com o estabelecimento de parcerias estratégicas.

No Programa de Obtenção de Navios-Aeródromos (Pronae), foram iniciadas as tratativas para a elaboração do projeto de construção de um novo Navio-Aeródromo, que deverá substituir o Navio-Aeródromo São Paulo até 2025.

Com relação a meios aéreos, o primeiro helicóptero Super Cougar EC-725BR foi entregue pela Helibras em abril de 2011, sendo essa a primeira de um total de 16 aeronaves desse tipo destinadas ao uso da Marinha do Brasil. Também está em andamento o processo de aquisição de dois helicópteros S-70B-SEAHAWK. Ao todo, seis aeronaves serão entregues até o final de 2012.





Quanto ao preparo e emprego do Poder Naval, foram efetuados vários exercícios operativos pelas unidades da Esquadra, a fim de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa. Diversas operações militares foram realizadas, inclusive com a participação de Marinhas estrangeiras.

Em 2011, foi inaugurado o novo Centro de Operações da Esquadra (COE), projeto moderno no qual foram utilizados os mais avançados recursos tecnológicos no apoio às atividades de comando e controle, de forma a permitir que os meios operativos sejam monitorados em tempo real.

Comparado a 2010, o número de Patrulhas Navais (Patnav) realizadas em 2011 manteve-se no mesmo patamar, entretanto, houve um incremento de 70% no número de embarcações apreendidas. Especificamente nas áreas das bacias petrolíferas, ocorreu um aumento do número de Patnav e foi realizado um exercício de retomada de navio petroleiro com emprego do Grupo Especial de Retomada e Resgate de Mergulhadores de Combate (GERR-MEC). A simulação visa permitir o treinamento das equipes de negociação, a retomada de instalações e o resgate de reféns, a serem acionados em situação real de ações contra navios de bandeira brasileira. Quanto às patrulhas fluviais ocorridas na faixa de fronteira, houve aumento de 5% em relação a 2010.

Encontra-se em reestruturação o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), mediante criação, ampliação e modernização de agências, delegacias, capitancias fluviais e capitancias dos portos, organizações militares, de modo a ampliar essa vertente das atividades subsidiárias, contribuindo para incrementar a presença da Marinha do Brasil na sociedade.

Para intensificar as ações de fiscalização das embarcações que navegam nas proximidades das praias do litoral brasileiro e águas interiores, a Marinha iniciou a Operação Verão 2011/2012, em dezembro de 2011, realizando abordagens de embarcações e, quando pertinente, notificando os condutores e até apreendendo embarcações. Durante as fiscalizações, são executadas ações educativas e testes com etilômetros (bafômetros), a fim de dar ampla divulgação dos procedimentos sobre a navegação segura, sempre sob o lema: Orientar e Educar, Antes de Notificar.

É importante salientar as campanhas realizadas com vistas à proteção dos eixos descobertos das embarcações, grandes causadores dos acidentes denominados escarpelamentos, devido ao enrolamento de cabelos nos eixos em rotação, que produzem graves consequências, tanto de cunho médico quanto psicossocial. Essas campanhas têm como foco o incentivo ao uso, pelas mulheres, de equipamentos de salvatagem, principalmente as da Região Amazônica, para evitar ferimentos no couro cabeludo que, por muitas vezes, levam à perda irreversível do cabelo. Essas campanhas também visam à repressão à alcoolemia dos condutores de embarcações em todo o Brasil.

Em 2011, foram realizadas cerca de 102 mil ações relacionadas à inspeção naval e vistoria, o que significa um aumento da ordem de 40%, em relação ao previsto inicialmente. Tal fato representa o esforço continuado no controle e na fiscalização de embarcações, com reflexos diretos em uma maior conscientização da sociedade sobre os aspectos relativos à segurança.

Com relação ao monitoramento da Amazônia Azul, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) foi idealizado como ferramenta integradora de vários outros sistemas, com o objetivo de ampliar a capacidade de monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras e das regiões de busca e salvamento, que estão sob a responsabilidade do Brasil, em cumprimento aos acordos internacionais dos quais o País é signatário.

Entre seus requisitos de alto nível, está a interoperabilidade a outros sistemas, tais como o de Vigilância de Fronteiras (Sisfron) e o de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra). No momento, a Marinha brasileira realiza o delineamento da arquitetura do Sistema, cujos trabalhos prosseguirão em 2012, com previsão de término no segundo semestre de 2013.





## c.2) Defesa Terrestre

Em 2011, o País prosseguiu na implantação das ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa (END), no que se refere à reorganização institucional do Exército Brasileiro (EB) e à política de composição dos seus efetivos. Nesse sentido, o EB deu sequência aos programas previstos no seu Plano de Articulação – desenvolvido por meio dos Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria – que preveem a distribuição espacial das organizações militares do Exército por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica.

No ano de 2011, em consonância com a END, a Força Terrestre elaborou o Projeto de Força do Exército Brasileiro (Proforça), antevendo ações para marcos temporais de 2015, 2022 e 2030. O objetivo principal do projeto é modernizar e transformar o Exército, de modo a dotá-lo de capacidade necessária para garantir a posição do País como uma das maiores economias do mundo, com expressiva projeção política internacional.

Nesse contexto, o País buscará focar esforços na capacitação do combatente individual, na integração das informações, na racionalização das estruturas, na utilização do espaço cibernético, no desenvolvimento de munições inteligentes e artefatos não tripulados e no desenvolvimento da consciência situacional. Para tanto, manterá o escalão brigada como a base para o emprego da Força Terrestre, realizando profundas transformações em sua natureza, meios e capacidades. Assim, o Exército será dotado da mobilidade e da capacidade de combate necessárias para garantir a soberania e a integridade nacionais.

O Proforça está alinhado com os demais projetos do Exército Brasileiro, quais sejam: i) a defesa cibernética; ii) a recuperação da capacidade operacional; iii) o novo blindado Guarani; iv) o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras; e v) o Sistema Proteger, que contempla a proteção das estruturas estratégicas terrestres nacionais.

No que se refere ao desenvolvimento nacional, o Governo utilizou-se da área de engenharia de construção do Exército, que esteve empenhada na condução de diversas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Devem ser destacadas as seguintes obras de melhoria da infraestrutura de escoamento da produção: i) os trabalhos de duplicação da BR-101, no Nordeste; ii) a continuidade do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf); iii) a implantação do complexo aeroportuário da Grande Natal; iv) a restauração da pista do Aeroporto de São Luís; v) a revitalização da BR-135; vi) no Mato Grosso e Pará, a pavimentação da BR-163 e da BR-230; vii) a conservação da BR-242; viii) a melhoria do Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e ix) a ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

No que concerne à sua missão constitucional de defesa da soberania e da integridade territorial, o Exército Brasileiro concluiu o projeto básico do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). O Sistema, que tem como objetivos o fortalecimento da presença do Estado na fronteira terrestre e a integração dos esforços do Governo no combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, terá seu projeto-piloto implementado a partir de 2012. Trata-se de projeto multissetorial, no qual o Brasil colherá resultados consistentes em decorrência do salto tecnológico que o Sistema proporcionará. O projeto envolve o emprego de satélites nacionais, a manufatura de produtos de alto valor agregado, a capacitação de mão de obra, a geração de empregos e, principalmente, a conquista da independência tecnológica em setores estratégicos de ciência e tecnologia.

Com relação ao emprego da tropa, em 2011, o País, por intermédio do Exército Brasileiro, incrementou as operações nas fronteiras, com o objetivo de dissuadir e reprimir delitos transfronteiriços e ambientais, intensificar a presença do Estado nas áreas mais remotas e apoiar as ações executadas por outros atores governamentais envolvidos. Diariamente, cerca de 11,2 mil homens e mulheres estão diretamente empregados em operações internacionais e de defesa externa, ações na faixa de fronteira, trabalhos de engenharia de construção e operações de garantia da lei e da ordem.





Também merece destaque o esforço do País para prosseguir na implantação de sistemas de simulação que possibilitem o treinamento de soldados, com reduzido custo e grande eficácia, mantendo a elevada capacitação dos seus recursos humanos. O Simulador de Apoio de Fogo, atualmente em desenvolvimento, será um dos melhores do mundo, constituindo-se em excelente ferramenta de treinamento, além de proporcionar ao País grande evolução tecnológica. No ano de 2011, foi inaugurado o protótipo do Simulador, o qual atenderá à formação de cadetes e apoiará a instrução militar dos grupos de artilharia.

Para 2012, e novamente considerando sua presença nacional, o Exército Brasileiro participará do planejamento da defesa e da proteção das estruturas estratégicas terrestres com o desenvolvimento do Projeto Proteger. Trata-se de uma iniciativa que contribuirá significativamente para assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população brasileira pelos sistemas de Internet, de produção de energia elétrica e sua transmissão, de transporte e de comunicações, de petróleo e gás, entre outras estruturas estratégicas para a sociedade.

A indústria nacional de defesa será priorizada no exercício de 2012, com investimentos que viabilizarão a produção de blindados, a adequação de instalações e a criação de empregos diretos e indiretos ligados ao setor, uma tendência e uma necessidade observada em países de grande envergadura geopolítica como o Brasil.

Ainda com referência à modernização da frota de blindados, em 2011, foi iniciada importante mudança na gestão de sua manutenção, com a adoção, de forma pioneira, do contrato de suporte logístico integrado para as viaturas Leopard 1A5, o qual garantirá alta disponibilidade da frota, aliada à capacitação plena do pessoal envolvido no apoio logístico.

### c.3) Defesa Aérea

Na área de Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, em 2011, o País deu continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). O objetivo é aprimorar capacidade tecnológica e operacional do Sisceab, proporcionando aos usuários dos serviços de transporte aéreo melhorias na fluidez e na segurança das operações aéreas levadas a efeito em todo o espaço aéreo sob a jurisdição do País.

Foram concluídos, em todo o território nacional, 108 projetos de implantação; substituídos e revitalizados equipamentos e sistemas, que envolveram as áreas de comunicação, meteorologia, vigilância, informações aeronáuticas, busca e salvamento, precisão para aproximação e pouso em vários aeroportos, ressaltando-se, neste caso, a implantação do ILS (*Instrument Landing System* ou Sistema de Aproximação por Instrumentos) que orienta com precisão e apoia o pouso de aeronaves. Há que se destacar, ainda, a conclusão de várias obras de infraestrutura em órgãos técnicos e operacionais e de apoio ao pessoal engajado nas atividades de controle do espaço aéreo.

É de primordial importância, para alcance de índices ideais de segurança e eficiência, a implementação no País da moderna concepção de apoio à navegação aérea advinda dos novos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo) elaborados pela Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e da projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas. Sobre esse aspecto, os principais documentos que norteiam o planejamento de evolução foram atualizados, assim como os projetos deles decorrentes, visando aos objetivos de curto e médio prazo.

Em 2012, o País dará continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sisceab, com a realização de investimentos na substituição e modernização de sistemas de energia, climatização e aterramento, que se constituem nos pilares básicos para assegurar a manutenção da operacionalidade de todo o Sistema.





Para complementar a vigilância e o monitoramento do tráfego aéreo, há previsão de que o País realize ações para ampliar a cobertura radar em rota e em áreas terminais. Em 2012, investimentos estão sendo convergidos para a implantação de dois novos radares e o início da substituição de outros 12. Na busca por maior eficiência no gerenciamento e controle do tráfego aéreo, consta ainda do planejamento a utilização de equipamentos para procedimentos de aproximação de precisão em vários aeroportos do País.

Convém ressaltar que a crescente demanda do tráfego aéreo registrada nos últimos anos, bem como a programação da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 têm ensejado a implementação de ações estratégicas voltadas à evolução do Sisceab. Essas ações contribuem para a segurança das operações aéreas de forma harmônica e integrada aos conceitos CNS/ATM aderentes ao Plano Global de Navegação Aérea, bem como asseguram fluidez ao tráfego aéreo resultando na redução da emissão de poluentes, na diminuição dos efeitos danosos dessa atividade ao meio ambiente e em maior conforto aos usuários do transporte aéreo.

No exercício de 2011, o País deu andamento aos Projetos AM-X, C-95, F5-BR, C-130 e P-3BR, a fim de promover a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com os cenários de atuação presente.

Quanto à aquisição de aeronaves, foram recebidos, em 2011, dez Super Tucano AL-X, três Caravan C-98, quatro helicópteros multiemprego Black Hawk H-60, bem como o simulador de voo das 12 aeronaves de transporte Amazonas C-105 (CASA 295).

No que tange à modernização de aeronaves, encerrou-se a primeira fase do Projeto F5-BR, com a entrega das últimas seis aeronaves modernizadas, de um total de 46 contratadas. Está prevista a segunda fase do projeto para modernização de mais 11, do tipo F5-BR, adquiridas da Jordânia, com o início da produção prevista para 2012. No que concerne, ainda, à modernização, foram entregues em 2011 cinco aeronaves de transporte de passageiros e carga Bandeirante C-95, duas patrulhas P-3BR e duas aeronaves Hércules C-130.

Ainda em 2011, foram iniciados pela Embraer os trabalhos de modernização de 11 aeronaves F-5, adquiridas da Jordânia, o que reforçou a frota da FAB. Também foi firmado contrato entre o Brasil e a França para fornecimento e gradativa nacionalização em até 50%, até 2016, de 50 helicópteros EC-725 para as Forças Armadas.

#### **d) Atividade de Inteligência**

Ao longo do ano, o Governo participou efetivamente das operações Sinop, Amparo e Ágata, coordenando as ações operacionais dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Realizaram-se avaliações de risco em apoio às atividades do Comitê Facilitador da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) e sobre as possíveis ameaças às estruturas estratégicas instaladas nas futuras cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Na área da cooperação internacional, o Brasil tem desempenhado importante papel nas ações de cooperação técnica em inteligência, no âmbito do acordo firmado entre os Governos do Brasil e do Timor-Leste.

No âmbito do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), ocorreram visitas a empresas e instituições de pesquisa e ensino, em especial as que atuam no segmento biológico, nas regiões Norte e Nordeste do País. O objetivo é orientar as empresas sobre os controles governamentais para a transferência de tecnologias sensíveis e mate-





riais de uso dual e atualizar as listas de bens sensíveis controlados, entre outros. Em complemento, no contexto do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), realizaram-se visitas, diagnósticos e relatórios sobre diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, que demandaram a assessoria do Governo.

A essas atividades, somam-se outras, particularmente nos segmentos científico-tecnológico, nuclear, petrolífero, hidrelétrico e agropecuário. Nesse setor, empresas públicas e privadas, centros de pesquisa e instituições de ensino foram orientados a cumprir deliberações internacionais vinculadas à obrigatoriedade de prestação de informações, em matéria de desarmamento e não proliferação de armas de destruição em massa.

### e) Segurança da Informação

No campo da tecnologia da informação, priorizou-se a segurança das comunicações, com o desenvolvimento de soluções para a proteção contra ataques cibernéticos a redes governamentais e da telefonia segura para uso na administração pública federal. Para tanto, foram instituídos oito Grupos de Trabalho, no âmbito do Comitê Gestor de Segurança da Informação, visando à elaboração de Normas Complementares de Segurança da Informação e Comunicações, com foco nos seguintes temas: i) Tratamento da Informação; ii) Gestão de Mudanças; iii) Verificação de Conformidade: Melhoria Contínua; iv) Computação em Nuvem; v) Inventário e Monitoramento de Ativos de Informação; vi) Uso de Redes Sociais; vii) Mobilidade; e viii) Aplicações Seguras.

Ainda em 2011, instituiu-se o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), a ser regulamentado em 2012. O objetivo é promover o credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas, assim como garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive àquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais o Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional.

